



METROVIÁRIOS DO BRASIL

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS METROVIÁRIOS - FENAMETRO - ANO I - Nº 13 - DEZEMBRO DE 2005

Fenametro conquista titularidade no Conselho das Cidades

Com uma delegação de dez metroviários dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará e do Distrito Federal, a Fenametro conseguiu um grande feito e conquistou uma das oito vagas da representação dos trabalhadores no Conselho Nacional das Cidades –CONCIDADES. No Conselho eleito na 1ª Conferência, em 2003, a Fenametro só conseguiu garantir a vaga de um suplente.

Mesmo o empenho da secretária de Políticas Sociais da CUT, Gilda Almeida, que tentou construir uma proposta consensual da bancada cutista, não conseguiu reverter a intransigência de alguns dirigentes da CNTT que mantinham a posição de não oficializar uma vaga efetiva para a Fenametro.

O pleito dos metroviários era absolutamente legítimo, uma vez que sua delegação representava 66% dos delegados do segmento de trabalhadores do setor de transporte presentes na Conferência e porque a categoria tem se destacado na luta contra a privatização, por um transporte público, estatal, de qualidade e na elaboração de políticas públicas



Em cima, da esquerda para a direita: Edgard (RJ); Policarpo (SP); Anchieta (CE); Wagner Fajardo (SP); Cátia (DF); Xavier (SP); Almir (MG). Abaixo, da esquerda para a direita: Gerson (DF); Salaciel (SP); Sebastião (RJ)

ligadas ao setor. Além disso, os metroviários têm um papel estratégico no futuro das metrópoles brasileiras e é uma categoria que está crescendo numérica e politicamente.

A plenária que deliberou quais entidades iriam compor o próximo CONCIDADES, como não foram contemplados na chapa apresentada pela Comissão Organizadora, os metroviários apresentaram uma proposta que garantia a vaga para a Fenametro. Neste momento recebeu o apoio da Federação Nacional dos

Arquitetos, da Federação Nacional dos Engenheiros e Federação Interstadual dos Engenheiros e de parte dos companheiros da Federação Nacional dos Urbanitários e da maioria dos demais delegados. O resultado foi que a Chapa que garantia a vaga da Fenametro obteve 78 votos, contra 31 da chapa que a excluía e 11 votos de uma terceira chapa independente.

A posse do novo CONCIDADES se dará em abril de 2006. Até lá o metroviário pernambucano Cirano

Lopes, atual suplente do Conselho, continuará atuando na comissão temática de transporte e mobilidade, uma das comissões que incorpora a atuação dos suplentes.



**Metroviário
no Congresso
da CNTT**
Página 2

**Metroviários contra
a privatização do
Metrô Paulista**
Página 3

**Municipalização
de Salvador e o
desmonte da CBTU**
Página 4

**Marchas:
Zumbi + 10 e
Salário Mínimo**
Página 8

TUCANATO ATACA TRENS E METRÔS EM TODO O PAÍS

Trens e metrô viraram moeda de barganha, chantagem e de lucro fácil para “empreendedores -privados” no país. No comando das operações, encontramos três categorias de tucanos: os históricos, os reciclados e os enrustidos.

Os tucanos históricos fazem um grande alarde para divulgar a Parceria Pública Privada (PPP) em torno da Linha 4 do metrô paulista. Na proposta, o Estado de São Paulo paga 73% (US\$ 922 milhões) de todo o custo da obra, enquanto o “concessionário” fará o grande sacrifício de “investir” 27% (US\$ 340 milhões), podendo “explorar” todo o potencial lucrativo do transporte metroviário e todo o seu espaço físico, durante 30 anos.

Ainda é obra dos tucanos históricos o processo de sucateamento do sistema de trens urbanos de Fortaleza, principalmente após a estadualização em 2002. No processo de implementação do metrô de Fortaleza fizeram a maior lambança no projeto e construção, promovendo um aumento de mais de 50% do custo inicial, e agora assinaram um acordo com o governo federal que não tem garantias para a conclusão.

Os tucanos reciclados são os que se “aproximaram” do governo Lula e passaram a operar e gerir a liberação dos recursos orçamentários. Os expoentes desse time são o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Murilo Portugal, e o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy. Ultimamente, atropelando as opiniões técnicas do Ministério das Cidades, da CBTU e dos trabalhadores que discutiam a viabilização de recursos para os metrô de Recife, Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte, passaram a

negociar com estados e municípios, barganhando a liberação de recursos com o processo de desmonte dos trens urbanos e privatização dos sistemas.

Já fizeram isso em Salvador, como se vê na matéria da página 4, e segundo os ferroviários baianos, essa medida vai simplesmente fechar os serviços ferroviários na capital baiana. O poder desta turma é grande, pois quem não concorda com as condições não deve receber nenhum tostão no orçamento de 2006, como está acontecendo com Recife e Belo Horizonte.



Já os tucanos enrustidos fazem os acordos “governamentais” com o tucanato histórico, prestigiam e dão total autonomia para os tucanos reciclados e fomentam a tese de que tudo isso é necessário para garantir a “estabilidade econômica” — reprimindo todo o investimento produtivo. Palocci e Paulo Bernardo, os capitães deste time, simplesmente ignoram a situação caótica do transporte público nas grandes cidades brasileiras.

O transporte público no Brasil nunca havia sido tratado como política de governo. O governo Lula deu um importante passo ao criar o Ministério das Cidades e deu prioridade para o transporte público urbano. O ministro Olívio Dutra tratou com prioridade os sistemas operados pela CBTU e, mesmo enfrentando a lógica neoliberal da Fazenda e do Planejamento, procurou garantir a viabilização e valorização dos serviços.

No ano que se inicia temos que lutar pela reorientação destas políticas, garantindo este importante instrumento de mobilidade e desenvolvimento dos grandes centros urbanos, que estrutura e permite um transporte de qualidade para o povo trabalhador.

FIQUE POR DENTRO

Metroviárias se destacam no 6º Congresso da CNTT

Nos dias 7, 8 e 9 de dezembro foi realizado em Belo Horizonte o 6º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte da CUT. Com uma delegação formada por 5 companheiras e 11 companheiros, os metroviários e metroviárias marcaram sua presença no congresso, participando ativamente de todos os debates, com destaque aos problemas enfrentados na luta pela valorização do transporte urbano sobre trilhos.

Segundo Onofre Gonçalves, eleito secretário de Relações Institucionais e diretor da Fenametro, “os metroviários presentes propuseram e foi aprovada nas resoluções do Congresso a denúncia sobre a utilização da PPP pelo governo de São Paulo para privatizar o metrô, bem como o processo de regionalização promovido pelo governo federal no sistema ferroviário urbano de Salvador que, se mantido, pode conduzir à extinção do sistema.”

Neste sentido, foi aprovada uma moção de repúdio contra o desmonte da CBTU, exigindo a imediata suspensão dos processos em curso e a anulação das regionalizações realizadas em Salvador recentemente, e em Fortaleza, realizada ainda no governo FHC.

METROVIÁRIAS PROPÕEM A CRIAÇÃO DA SECRETARIA DA MULHER NA CONFEDERAÇÃO

As mulheres metroviárias apresentaram e foi aprovada em todos os grupos de trabalho, bem como na plenária final, a criação da Secretaria da Mulher.

Veja abaixo a fundamentação apresentada pelas metroviárias no Congresso:

“Mulheres trabalhadoras no transporte — uma questão também dos homens trabalhadores no transporte

Os trabalhadores têm a tendência, amplamente estimulada pelos patrões, de achar que o problema do negro quem deve discutir é o negro, que a questão das mulheres quem tem que discutir são as mulheres, enfim, todos os problemas devem ser encaminhados e enfrentados somente por aqueles que os estão sentindo na pele.

Com a questão da mulher, a coisa ainda é mais séria. Como os homens são a maioria na categoria e na maioria das vezes compactuam com a ideologia dominante, que considera a mulher como ser de segunda categoria, isto é, inferior ao homem, também não tratam e, muitas vezes, até desprezam as reivindicações justas e necessárias para



Delegação de metroviários e metroviárias que participaram do congresso

garantir às companheiras as mesmas oportunidades e condições de trabalho.

A opressão e o desrespeito para com a mulher na nossa sociedade é tão evidente que a Constituição de 1988 garantiu-lhe uma série de direitos, mas na prática destes direitos os sindicatos, as associações, os partidos políticos, etc, muito pouco fazem ou lutam para efetivá-los.

As mulheres trabalhadoras em transporte têm se destacado por sua ousadia, garra e espírito de luta. Temos muito a percorrer ainda, mas cremos que se elevarmos a luta pela igualdade de condição e o combate incessante à discriminação (tanto nossa, quanto das empresas), conseguiremos, com certeza, avançar para superar e concretizar muitas outras vitórias, com a presença indispensável das combativas mulheres trabalhadoras no transporte.

Para tanto, no nosso 6º Congresso devemos adotar como das bandeiras prioritárias a criação da Secretaria da Mulher, seguindo orientações da CUT Nacional.”

No final do Congresso foi eleita a nova direção da CNTT, que elegeu os seguintes companheiros e companheiras: Executiva: Onofre (SP) - Secretaria de Assuntos Institucionais; Eduardo Pacheco (SP) - Secretaria de Formação; e Ivânia (SP) - Secretaria da Mulher. Suplentes: Sueli (PE) e Tânia (SP).

Governo de SP quer presentear iniciativa privada com a Linha 4 do metrô

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB) e a direção da Cia. do Metropolitano de São Paulo prosseguem empenhados em concretizar a privatização do metrô paulistano, por meio da implantação da primeira Parceria Público Privada (PPP) do Estado. Com isso, concederão “de bandeja” a exploração do novo trecho do metrô, a Linha 4 – Amarela, à iniciativa privada, durante 30 anos.

De acordo com o contrato proposto, além de o setor público investir US\$ 922 milhões no em-

preendimento, ou 73% do total dos recursos, ainda investirá na modernização e ampliação da Linha C da CPTM, enquanto o privado entrará com apenas US\$ 340 milhões, o que corresponde a 27% do investimento. O presente do governo do estado de São Paulo aos empresários se tornará completo se levarmos em consideração, também, que o concessionário terá lucro garantido, em detrimento dos cofres públicos. Caso a arrecadação tarifária não atinja a meta do contrato da PPP, o estado irá assegurar que ele não

tenha prejuízo, pagando a diferença do lucro esperado, sem contar que durante os 30 anos de concessão, toda a receita da L 4 ficará para a iniciativa privada.

Fora isso, ao contrário do que acontece hoje, o estado não terá participação nos rendimentos resultantes da utilização comercial do espaço do metrô e seus arredores, por lojas e shoppings, por exemplo. Infelizmente estes foram os atrativos que o governo do estado e a Cia. colocaram à disposição da iniciativa privada para tornar o

Metrô um negócio rentável. Com tudo isso, as conquistas e direitos da categoria sofrerão vários ataques. Hoje, já existem vários conflitos na relação trabalhista entre os metroviários e a Cia do Metropolitano, que é uma estatal e por isso, teoricamente, não visa lucrar. Tendo como padrão empresários privados, que objetivam altos rendimentos, a tendência é que a situação se agrave, trazendo como consequências a precarização das relações de trabalho e a queda da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Fenametro e Sindicato dos Metroviários de SP contra atacam

Depois de participar da audiência pública do dia 19/10, que tratou do processo de concessão da Linha 4 – Amarela à iniciativa privada, a Fenametro e o Sindicato dos Metroviários de SP solicitaram à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo uma audiência realmente pública, que permitisse a efetiva participação dos cidadãos. Este pedido foi atendido, e no dia 06/12, aconteceu mais uma audiência, para tratar do assunto.

Na ocasião, a Fenametro e o Sindicato enfatizaram a contrariedade dos metroviários com relação à implantação desta PPP, citando exemplos de concessão e privatização de outros estados e o quanto os trabalhadores e a sociedade foram prejudicados.

Um dos momentos mais polêmicos desta audiência aconteceu quando o presidente da Cia. do Metrô de SP, Luiz Carlos Frayse David, disse que os trabalhadores do metrô custam muito caro para qualquer empresa, e que, portanto, poderia contratar dois agentes



Da esquerda para a direita: Advogado Paulo Cunha; Secretário de Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes; Diretor do sindicato de SP, Manoel Xavier; Professor da PUC-SP, João Machado e o vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros, Laerte de Oliveira, durante seminário promovido pelo Sindicato.

de estação com o salário de um.

Ali ficou claro o que poderá acontecer com os metroviários da Linha 4 e, conseqüentemente, com os da ativa. A lógica do estado mínimo tenderá a ser colocada em prática, em detrimento da qualidade de vida de trabalhadores e de toda a população.

Por isso, ainda empenhados em combater essa prática, no dia 12/12,

Fenametro e o Sindicato promoveram um seminário com a participação do Prof. João Machado, do advogado Dr. Paulo Cunha e do secretário de Transportes Metropolitanos do estado, Jurandir Fernandes, com o objetivo de obtermos subsídios para defender o que atende os interesses dos trabalhadores e da sociedade.

Logo, Jurandir não conseguiu

convencer os trabalhadores diante de suas manifestações e questionamentos, nem tão pouco os palestrantes que fizeram uma série de enfrentamentos à esta PPP, sempre embasados na minuta do edital de contratação do concessionário e de nossa realidade socioeconômica.

Pelo que indicam as falas de Jurandir e do presidente da Cia., a necessidade de ceder nosso patrimônio ao setor privado não condiz com os fatos por ele apresentados, e os direitos e conquistas dos trabalhadores tenderão a ser reduzidos e até suprimidos. O secretário afirmou que não pode garantir que o concessionário assinará o atual acordo coletivo da categoria.

Dentro destes moldes, a Federação, em parceria com o Sindicato, permanecerá empenhada para combater a prática do neoliberalismo no estado, como forma de impedir que a experiência mal sucedida do Rio de Janeiro, por exemplo, seja seguida, precarizando relações de trabalho e a prestação de serviços.

Municipalização de Salvador retoma desmonte da CBTU

No último dia 30 de novembro, foi aprovada a cisão da Superintendência de Trens Urbanos da CBTU em Salvador. Com a medida, o Ministério das Cidades retoma um processo de desmonte do sistema metro-ferroviário que foi iniciado por Fernando Henrique em 1997 e que provocou a privatização dos trens metropolitanos do Rio de Janeiro.

Com a saída de Olívio Dutra do Ministério das Cidades, o Ministério da Fazenda deixou de encontrar resistência no processo de “enxugamento” e “economia nos gastos sociais como

o transporte” e resolveu ressuscitar o antigo modelo de regionalização, sem nenhum critério técnico, social ou político que o oriente. A única coisa que essa turma sabe enxergar é o combate aos subsídios e o famigerado “corte dos gastos públicos”.

A Fenametro, como foi noticiado na edição anterior, buscando contribuir com a luta dos trabalhadores da CBTU, participou de uma audiência pública promovida pelo deputado federal Inácio Arruda (PCdoB-CE) na Comissão de Desenvolvimento Urbano, e denunciou o processo que se iniciava em Salvador.

JUÍZA PODE ANULAR ASSEMBLÉIA DE CISÃO

Além das ações políticas e de mobilização que metroviários e ferroviários estão realizando, também estão sendo promovidas batalhas no campo jurídico. O Sindiferro e Fenametro contestaram judicialmente o atropelamento dos prazos para a efetivação da cisão, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, onde fica a sede da CBTU. Foram acionados também o Ministério Público da Bahia e a Justiça Federal em função das irregularidades no processo de cisão e de incorporação pelo Município de Salvador.

Mas o processo que acabou sendo bem sucedido, foi o promovido pelo presidente da Fenametro, que também representa os trabalhadores no Conselho de Administração da CBTU, e tentou evitar a concretização da cisão através de recursos regimentais do Conselho, mas teve seu direito de solicitação de vistas no processo negado pelo presidente do Conselho, o Ministro das Cidades Marcio Fortes.

O Tribunal de Justiça do Rio de

Janeiro concedeu uma liminar que impedia a realização da Assembleia de acionistas que aprovaria a cisão, mas no dia 30 de novembro, o presidente da empresa, junto com a procuradora da Fazenda Nacional, se esconderam da Oficial de Justiça em uma sala da sede da CBTU no Rio de Janeiro e aprovaram a cisão.

Uma nova ação jurídica, frente ao desrespeito à decisão judicial, está solicitando agora a anulação da Assembleia de Acionistas e a consequente anulação da cisão e da municipalização. Estamos aguardando a decisão da Juíza Dra. Denise Levy Treder que pode conceder uma antecipação de tutela para suspender os efeitos da Assembleia de Acionistas do dia 30 e os atos dela decorrentes.

Sabemos que a CBTU e o governo vão buscar a cassação desta decisões judiciais, mas neste campo também, não pretendemos dar folga ao desmonte da CBTU e vamos buscar todas as medidas para combater este descalabro.



Roque, da Fenitst dá a opinião dos ferroviários durante a audiência em Salvador

No dia 19 de novembro, uma nova audiência pública na Comissão de Viação e Transporte da Câmara Federal, proposta pelo deputado federal Carlos Santana (PT-RJ), também debateu o problema e denunciou a proposta de liquidação do transporte sobre trilhos nos sistemas urbanos da CBTU.

Nesta oportunidade, metroviários e ferroviários presentes debateram a luta a ser desenvolvida e decidiram realizar em 23 de novembro um dia

nacional de luta dos trabalhadores do sistema CBTU, com a coleta de assinaturas de usuários e trabalhadores num abaixo-assinado exigindo do governo Lula a imediata suspensão deste processo, bem como a revisão dos processos já realizados em Salvador, Fortaleza e Rio de Janeiro.

O movimento foi realizado com a distribuição de uma carta aberta para os usuários dos sistemas de metrô em Recife e Belo Horizonte e também para os usuários dos sistemas ferroviários.



O deputado estadual Javier Alfaia fala na mesa presidida pelo vereador Reginaldo Oliveira, que contou com a participação

ários de Natal, João Pessoa e Maceió.

Em Salvador uma paralisação do sistema foi realizada no dia 22 contra a cisão da CBTU e a transferência de todo o patrimônio e funcionários para a CTS – Companhia de Transportes de Salvador.

AUDIÊNCIA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

No último dia 23 de novembro, durante o dia nacional de luta, uma nova audiência pública, promovida pelo vereador Reginaldo Oliveira (PCdoB), foi realizada na Câmara Municipal de Salvador, com a participação de representantes da Prefeitura Municipal, da sociedade civil e vários parlamentares.

O Sindicato dos Ferroviários e Metroviários da Bahia – Sindiferro, a Federação Nacional Independente de Trabalhadores sobre Trilhos - FENITST e a FENAMETRO participaram do evento e denunciaram o processo destrutivo do sistema ferroviário urbano de Salvador, pois a municipalização gera um ônus para a Prefeitura Municipal que ela não tem condições de assumir e que isso levará, se não receber subsídio federal ou estadual, ao sucateamento e desmonte do sistema.

O diretor do FENITST, Arnaldo Fernandez, foi enfático ao afirmar que os ferroviários baianos não vão se curvar a este processo e continuarão a luta em defesa do trem em Salvador, bem como por mais recursos federais para o metrô.

ARQUIVO DO SINDIFERRO/BA



ção da Fenitst, da Fenametro e entidades da sociedade civil

DENÚNCIA NA 2ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES

Durante a 2ª Conferência das Cidades os metroviários distribuíram um Informativo que denunciava a retomada do modelo neoliberal de desmonte da CBTU, principalmente a partir da regionalização da Superintendência de Trens Urbanos de Salvador, cuja municipalização se deu no dia 1º de dezembro.

LEIA ABAIXO A ÍNTEGRA DO INFORMATIVO:

MINISTÉRIO DAS CIDADES RETOMA DESMONTA DA CBTU

Numa sala da sede da CBTU, a Procuradora Geral da Fazenda Nacional e o Presidente da empresa promoveram a Assembléia Geral de Acionistas aprovando a cisão da Superintendência de Trens Urbanos de Salvador. O Sindicato dos Ferroviários da Bahia e o presidente da Fenametro, Wagner Fajardo Pereira, que também é o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da CBTU, entraram na Justiça contra as irregularidades do processo e obtiveram uma liminar que impedia a realização da Assembléia mas, numa atitude vergonhosa, o presidente da empresa e seu diretor administrativo, montaram uma operação de guerra para se furtarem de receber a liminar e realizaram-na à revelia da determinação judicial.

A cisão de Salvador é a demonstração clara dos propósitos e métodos que estão sendo retomados pelo Ministério das Cidades. O sistema, que devido ao descaso e completa falta de recursos para investimentos nos últimos 15 anos, agravado pelo recrudescimento do modelo de superávit primário nas alturas, tem um déficit anual próximo dos 10 milhões de reais, mas pratica uma tarifa social garantidora do transporte de 20 mil pessoas/dia, numa das regiões mais carentes da capital baiana. No entanto, o convênio assinado pelos Ministérios das Cidades, Fazenda e Planejamento, a Prefeitura de Salvador e o Governo Estadual da Bahia, garante apenas subsídio de R\$ 12 milhões por 18 meses. O que vai acontecer depois disso ninguém consegue prever, mas existe grande possibilidade do sistema

ser definitivamente sucateado, como já acontece com todo sistema ferroviário já privatizado pelo Brasil afora.

TRENS URBANOS: INSTRUMENTO DE CHANTAGEM

O convênio que foi assinado no mês de setembro em Salvador garantia a liberação de recursos do PPI – Piloto de Investimentos para o metrô de Salvador, mas impôs várias condicionantes, dentre as quais algumas são extremamente perniciosas para o futuro dos serviços de transporte sobre trilhos. Veja duas pérolas previstas no tal Convênio:

1. Na cláusula que garante eventuais necessidades de aumento do subsídio federal para o sistema de trens urbanos acima do contratado, limita a melhoria dos serviços, pois diz o seguinte: “A União não deverá ressarcir a CTS (Cia. Transportes de Salvador), se a ampliação do subsídio decorrer de aumento do quadro de funcionários ou redução de tarifas”.

2. Dentre as responsabilidades do Município de Salvador há uma cláusula que diz: “Buscar a transferência das atividades relacionadas ao Sistema de Trens Urbanos de Salvador à iniciativa privada, mediante privatização por intermédio da CTS ou subconcessão dos serviços.”

O mesmo modelo foi utilizado em Fortaleza, com a única diferença é que lá não houve imposição de nada, pelo contrário, pois o governo estadual do PSDB só está garantindo mais recursos para implementar seu antigo sonho de privatizar o transporte sobre trilhos na capital cearense.

Esta é uma demonstração de que os velhos tempos estão voltando na CBTU. O desmonte iniciado por Collor e FHC foi retomado pelo Ministério das Cidades com os requintes de subserviência à lógica neoliberal do Ministério da Fazenda.

FENAMETRO - Federação Nacional dos Metroviários.

FNITST – Federação Nacional Independente de Trabalhadores sobre Trilhos.

FENAFAP – Federação Nacional das Associações de Ferroviários Aposentados e Pensionistas.

Trensurb quer terceirizar BILHETERIAS

A Trensurb, empresa estatal que opera o metrô de Porto Alegre, está tentando de todas as formas entregar a venda de bilhetes nas estações à iniciativa privada.

Essa atitude demonstra o pouco interesse que a administração da empresa tem com o social, principalmente se levarmos em conta que a terceirização tem como característica principal a contratação de pessoas com menos capacitação e, conseqüentemente, com menores salários e benefícios.

A pergunta é: a troca de que a empresa está agindo dessa forma?

O que mais impressiona é que a Trensurb é uma empresa federal e dirigida por ex-sindicalistas. Claro que estão cientes de que o estatuto da empresa assim como pareceres da Controladoria Geral da União, Ministério Público do Trabalho e Súmula 331 do TST, impedem essa prática, determinando que os serviços sejam executados por empregados admitidos por concurso público.

Com a palavra de ordem “NÃO À TERCEIRIZAÇÃO, SIM AO CONCURSO PÚBLICO” o Sindicato dos Metroviários do RS soltou uma Carta Aberta à População alertando sobre os possíveis problemas, bem como está se mobilizando para deter esse absurdo.

ARQUIVO





ACONTECE NOS ESTADOS

RIO GRANDE DO SUL METROVIÁRIOS GAÚCHOS REELEGEM DIRETORIA

Com quatro chapas inscritas, as eleições no Sindicato dos Metroviários do Rio Grande do Sul aconteceram de forma tranquila. Com 44% dos votos válidos a categoria elegeu, para gerir o sindicato nos próximos três anos, a Chapa 1, encabeçada pelo atual presidente, o companheiro Vaz.

- Chapa 1: 377 votos
- Chapa 2: 184 votos
- Chapa 3: 125 votos
- Chapa 4: 111 votos
- Brancos: 14 votos
- Nulos: 33 votos
- Abstenções: 109



DISTRITO FEDERAL METROVIÁRIOS DE BRASÍLIA GANHAM AÇÃO DE ASSÉDIO MORAL

Em 2003, com o julgamento do Dissídio Coletivo no Tribunal Regional do Trabalho, os empregados AE's (Agentes de Estação) e IE's (Inspetores de Estação) que trabalhavam nas bilheterias passaram a fazer jus à percepção de adicional de quebra de caixa. O Metrô-DF negou-se a cumprir essa determinação, mesmo depois de vários requerimentos administrativos. Desta forma, em razão do desrespeito praticado pela empresa e para fazer cumprir o seu direito constitucional de ação, o IE Eduardo Rômulo

solicitou à sua chefia imediata, todos os procedimentos da empresa que responsabilizavam os funcionários em caso de falta de numerário dos cofres e caixas da bilheteria, com o intuito de procurar o Poder Judiciário.

Cabe citar que a entrega dos documentos ficou condicionada ao comparecimento do IE Eduardo Rômulo à Procuradoria Jurídica do Metrô, onde o mesmo foi incitado pela empresa, a desistir da pretensão. Mas o companheiro IE não se intimidou, e junto a mais quatro IE's ajuizaram no início de 2004 uma ação judicial, na qual obtiveram sentença favorável, em setembro do mesmo ano, ao cumprimento da sentença normativa de pagamento do adicional de quebra de caixa.

Após 15 dias da publicação dessa sentença dando ganho de causa aos empregados, a empresa, usando uma prática comum no Metrô/DF, decidiu perseguir explicitamente os cinco IE's e passou a determinar que os mesmos passassem a executar a venda de bilhetes. Esta atividade não está prevista nas atribuições do cargo de IE, pois são atribuições dos AE's que, mesmo assim, não a realizavam nesta oportunidade pois as bilheterias de todas as estações estavam terceirizadas. Para penalizar ainda mais, a empresa determinou que os cinco Inspetores tivessem cortados de seus salários o adicional de periculosidade (30%), e que fossem proibidos de executar suas atribuições contratuais de operação e inspeção de subestações retificadoras. Para que tal ordem fosse cumprida, o Metrô-DF não poupou recursos públicos, nomeando sem concurso público funcionários



para suprir as tarefas que os cinco IE's não executariam mais.

Os cinco companheiros foram ridicularizados na presença de todos os funcionários das estações, e passaram a ser motivo de chacotas nos

corredores por terem perdido 30% em troca de um adicional de 10%, além de terem, ainda que de forma velada, sido rebaixados de função. Como consequência da constante humilhação, tais empregados ficaram abalados psicologicamente e, após alguns meses, quatro deles procuraram ajuda psiquiátrica e um deles, a IE Celma, pediu demissão, uma vez que sofreu tudo isso estando gestante.

Em face ao exposto, em junho/2005, dois desses companheiros metroviários, Sr. Eduardo Rômulo e Sr. Nilson Silveira, entraram individualmente com ações judiciais na Justiça do Trabalho contra o Metrô-DF, pela prática de Assédio Moral.

Obtiveram êxito em 1ª instância em setembro/2005. O Metrô-DF foi condenado ao pagamento do equivalente a 80 remunerações mensais ao companheiro Eduardo Rômulo e a 50 remunerações mensais ao companheiro Nilson Silveira, como reparação de danos morais causados. Paralelamente a esses processos, encontra-se instalado, no Ministério Público do Trabalho do DF, processo investigatório do Assédio Moral cometido pela direção da empresa contra tais empregados, o qual pode responsabilizar seus diretores pelos atos administrativos praticados, gerando o ressarcimento ao erário pelas indenizações pagas. Os metroviários de Brasília esperam, assim, que este exemplo seja seguido pelos demais trabalhadores, que não podem mais dar lugar a intimidação psicológica.



RECIFE ANISTIADOS RETORNAM AO TRABALHO

Depois de mais de 15 anos de luta, os metroviários pernambucanos anistiados do governo Collor foram reintegrados no dia 11 de novembro passado.

Esperamos que essa vitória seja definitiva, já que desde o dia 04 de julho a portaria do então Ministro das Cidades, Olívio Dutra, reintegrava os anistiados da CBTU.

Os companheiros desde então tentavam, em vão, ser reintegrados, inclusive foram recebidos pelo Superintendente da STU/REC, como funcionários, no entanto a angústia continua-

va, pois, o Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não permitia o avanço do processo, pois alegava a falta de dotação orçamentária para a folha de pessoal. O mais pitoresco, porém, é o fato de que a CBTU continuava a fazer concurso público para preenchimento de vagas nesse período.

Diante da indefinição do governo, o Sindicato dos Metroviários de Recife recorreu ao Ministério Público, denunciando a desobediência do CBTU à Lei de Anistia. O Ministério Público pronto o pedido acatou e entrou com uma Ação Civil Pública, cujo desfecho foi a expedição de uma Liminar para a reintegração dos 98 anistiados. A empresa acatou a liminar, e no dia 11 de novembro, às 9:00h, todos foram ser recebidos oficialmente pela CBTU.

A CBTU recorreu da liminar mas até o fechamento desta edição não tivemos notícias da decisão da justiça pernambucana.



BELO HORIZONTE NA LUTA CONTRA A REGIONALIZAÇÃO

Os metroviários de Belo Horizonte continuam a implementar a luta contra a regionalização da CBTU, uma vez que se entende que esse é um primeiro passo para privatização do sistema.

Vários foram os passos dos companheiros mineiros, sendo que os mais significativos foram:

- Distribuição de uma carta aberta à população com um alerta sobre todos os problemas que poderão ocorrer, citando o que já ocorre principalmente no Rio de Janeiro com a entrega do metrô à iniciativa privada, o que causou grande prejuízo aos usuários e

- Confecção de um abaixo-assinado para ser entregue ao Presidente Lula, dando conta de que são conhecidas as consequências das privatizações, como aumento de tarifas, degradação do patrimônio público passado para a iniciativa privada, desemprego e redução dos direitos dos trabalhadores.

A carta aberta foi bem recebida pela população e o abaixo-assinado já conta com mais de dez mil assinaturas, o que prova que o trabalho está sendo bem feito.

Continuemos esse trabalho com determinação para que consigamos

demover o Governo Federal de tomar atitude que significa, para todos nós, um ataque aos interesses do povo brasileiro.



FORTALEZA NOVO ACORDO ENTRE A UNIÃO E O ESTADO TRAZ NOVIDADES SO- BRE NOSSOS SALÁRIOS

A União e o Estado de Ceará assinaram novo acordo, que em tese, viabiliza a retomada das obras do metrô. Pelo convênio, a União liberará 434 milhões de reais, sendo que 364 milhões será para linha sul e 70 milhões para linha norte. Esse montante não garante o término da obra, mesmo que o estado coloque 134 milhões como contra-partida. Essa verba só dá para construir parte do metrô. O trecho compreendido entre as estações de Couto Fernandes e Lagoinha será construído em ritmo mais lento.

Os salários dos trabalhadores até este mês serão pagos pela CBTU, conforme convenio anterior. Pelo novo acordo, o Governo Federal liberará duas parcelas de 10 milhões, a primeira em janeiro de 2006 e a segunda em janeiro de 2007. Esse dinheiro é exclusivo para pagamento de salários, encargos sociais, benefícios e REFER.

Pelo menos, e graças à luta da categoria, que realizou audiências públicas, tanto na Assembléia Legislativa como na Câmara dos Deputados, não foi incluída a cláusula que obrigava o estado a privatizar o metrô. A luta continua, pois não se pode concordar com o pensamento da equipe econômica do governo federal, que vê o transporte público como uma mercadoria qualquer e que tem que dar lucro a qualquer custo.

METROFOR TENTA INTERVIR NA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Em uma atitude no mínimo estranha e perigosa, já que tenta intervir na liberdade e autonomia sindical, que são garantias constitucionais, o METROFOR entrou com uma Ação Declaratória na Justiça do Trabalho solicitando que o Sindicato dos Ferroviários seja o representante da categoria metroviária. Já ocorreram duas audiências quando as partes foram ouvidas e a provas documen-

tais foram anexadas. No dia 15 de fevereiro, quando está marcada a última audiência, o juiz deverá dar seu veredicto.

Essa ação do METROFOR é um desrespeito aos trabalhadores e à legislação vigente, pois cabe à categoria decidir sua forma de organização e representatividade.

A Fenametro apóia o SINDMETRO de Fortaleza em sua luta, pois entende que é uma entidade legal, pois obteve a carta sindical emitida pelo Ministério do Trabalho, e é legítima, pois tem o apoio da grande maioria dos funcionários do METROFOR.

Juntos venceremos mais essa batalha, e juntos continuaremos nossa luta por um metrô público, estatal, de qualidade e acessível a todos.



RIO DE JANEIRO METROVIÁRIOS FORAM ÀS URNAS

Os metroviários do Rio de Janeiro, nos dias 8 e 9 de novembro, foram às urnas para, livremente, expressarem sua vontade e escolherem seus representantes para o próximo triênio.

As eleições são feitas de forma separada para o Conselho Diretor e para o Conselho Fiscal e, em ambas, duas chapas concorreram.

A apuração foi realizada sem problemas e as chapas lideradas pelo companheiro Carlos Paz, atual Diretor Jurídico do Sindicato e diretor efetivo da Fenametro, foi a vencedora tanto no Conselho Diretor, como no Conselho Fiscal.

Com 869 votos válidos, o resultado final totalizado pelas mesas apuradoras foi o seguinte:

Conselho Diretor: Chapa 1 – Unidade e Renovação obteve 483 votos e a Chapa 2 – Reação obteve 354 votos;

Conselho Fiscal: a Chapa 1 – Unidade e Renovação obteve 445 votos e a Chapa 2 – Reação obteve 367 votos.

METROVIÁRIOS PROTESTAM COM FUNCIONALISMO ESTADUAL

Os metroviários cariocas, em mais um ato de repúdio ao Governo Estadual, de forma bem humorada, foram às ruas para protestar contra a política

implementada pelo casal Garotinho. O tratamento dispensado aos servidores estaduais nem de longe pode ser considerado como digno. Reajustes não existem, condições de trabalho, idem, o que nos leva a acreditar que a política governamental quer mesmo o fim dos seus servidores.

O movimento foi realizado na Cinelândia, local de movimentos históricos, e liderado pelo Movimento Unificado dos Servidores Públicos. Diversas entidades sindicais, entre elas o Sindicato de Metroviários do Rio de Janeiro, deram os braços e organizaram o Sopão dos Miseráveis, que foi servido às pessoas que passavam e alimentou os servidores nesse dia, já que muitos já não têm nem mesmo o que comer.

O mais importante do ato foi que a população ficou a par dos desmandos do governo e mais, que muitos outros movimentos de denúncias estão por vir. Não custa lembrar que no próximo ano teremos eleições e, com certeza, o “casal de governadores” se importa com isso.



SÃO PAULO METRÔ QUER DIMINUIR NUMERO DE MEMBROS DA CIPA

Os metroviários paulistas estão lutando contra a tentativa da empresa de reduzir o número de membros das Cipas. Conforme um acordo celebrado em 2003 na Delegacia Regional do Trabalho, o número de Cipas e de membros efetivos e suplentes, respeitando a proporcionalidade de trabalhadores em cada área, é estabelecido mediante um Regulamento Interno da Cipa.

A empresa tentou desrespeitar este acordo e convocou eleições com o número de Cipas e cipistas bem inferior ao previsto. O Sindicato orientou e a categoria acatou a orientação fazendo com que a empresa não conseguisse o número de inscritos para viabilizar a realização das eleições e sendo obrigada a voltar as negociações com o Sindicato, conforme aconteceu.

Até agora a empresa insiste em diminuir o número de cipistas e o Sindicato e os atuais membros da Cipa sabem que podem contar com a categoria para impedir os retrocessos que a empresa quer impor.

Trabalhar sim! Adoecer não!

Com este tema foi realizada de 24 a 27 de novembro a 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, com a participação do Secretário de Formação da Fenametro, Carlos Alberto Cassiano, do DF, da metroviária Regina Helena, do RJ e do metroviário Sérgio Renato, de SP.

Em toda a Conferência prevaleceu a lógica de defesa da Saúde do Trabalhador(a) nos aspectos preventivos, de tratamento e indenização/reparação de prejuízos causados à sua saúde. Nas Diretrizes e Políticas o documento final apontou para uma política fundamentada na defesa da saúde e da vida do trabalhador, citando como meios para garantir esses objetivos a elaboração de normas que exijam estudos de impacto ambiental e para a saúde do trabalhador como condição para implementação de atividades empresarial ou governamental. Proibição do uso de produtos que vitimam a saúde do trabalhador, como no caso da proibição imediata do uso do amianto e o estabelecimento de pagamento de indenização às vítimas e o direito à aposentadoria. Outro fator importante foi a defesa da ampliação Previdência e Assistência Social de forma a incorporar trabalhadores informais no campo e cidade. A defesa da garantia de recursos para as políticas com recursos advindos da retirada do Superávit Primário.

Um fator muito importante foi a prevalência da lógica de ampliação da ação do Estado em defesa da Saúde e da Vida do Trabalhador como condição insuperável para o desenvolvimento sustentável nos aspectos econômico, social e ambiental, tendo em vista as mudanças no mundo do Trabalho e o déficit social existente no Brasil.



Brasília - Fachada da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

JOSÉ CRUZ/ABR

ZUMBI + DEZ E MARCHA DO SALÁRIO MÍNIMO

Movimento negro na pauta da Fenametro

No dia 22/11, os metroviários do Brasil, junto com os companheiros do movimento negro,

ocuparam e coloriram os arredores da Esplanada dos Ministérios, com faixas, blocos e danças,

LINDOMAR CRUZ/ABR



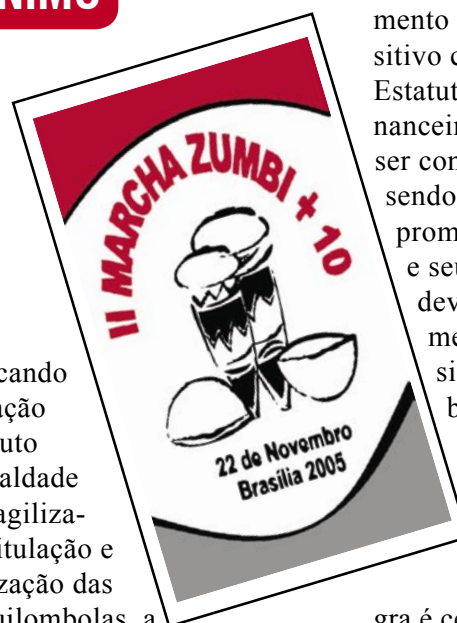
Brasília - II Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela igualdade da vida.

reivindicando a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, agilização da titulação e regularização das terras quilombolas, a garantia dos direitos da juventude e das mulheres negras, respeito às religiões de matriz africana e valorização da diversidade cultural, entre outras que justificam a indignação da população negra, contra o processo de exclusão a que são submetidos.

Em audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo

Rebello, representantes do movimento negro obtiveram aceno positivo com relação à aprovação do Estatuto, ainda que sem fundos financeiros. Estes recursos poderão ser conquistados conforme forem sendo implementadas ações de promoção da igualdade e afins, e seus resultados forem tendo a devida dimensão e reconhecimento. A conversa com o presidente Lula também gerou bons resultados, já que Lula se comprometeu a acelerar o programa de urbanização e regularização das terras quilombolas.

O Dia da Consciência Negra é celebrado em 20 de novembro, mas neste ano o Movimento Negro tomou a iniciativa de realizar a Marcha dois dias depois para celebrar também os 95 anos da Revolta da Chibata, comandada por João Cândido, que poderá receber anistia, assim que o projeto chegar à Câmara, já que Aldo Rebello se comprometeu a agilizar a sua votação.



Pela valorização dos trabalhadores

Organizados pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) e centrais sindicais, como CUT e CGTB, no dia 29/11, os metroviários participaram da marcha que seguiu por 14,5km, de Candangolândia, em Brasília, até chegar na Esplanada dos Ministérios.

As principais bandeiras defendidas por estes trabalhadores foram um salário mínimo de R\$ 400,00, reajuste de 13% na tabela do Imposto de Renda e a redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução de salário.

Em audiência com os ministros do Trabalho, Luiz Marinho; da Casa Civil, Dilma Rousseff; do Planejamento, Paulo Bernardo; e com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Murilo Portugal, lideranças sindicais apresentaram a pauta de reivindicações dos trabalhadores, deixando clara a importância de aumentar o poder

de compra dos brasileiros, mantendo uma política de valorização salarial.

Para encerrar a programação da marcha, os representantes dos trabalhadores participaram de uma conversa com os presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Aldo Rebello, dos quais receberam aceno para a instalação de uma comissão mista do Congresso Nacional, com a tarefa de construir uma política de valorização do mínimo.

Nestes moldes, de lá pra cá, novas reuniões já foram realizadas entre os representantes dos trabalhadores e o presidente Lula, e a comissão que já foi composta, constituindo um cenário bastante positivo para a reversão da depreciação que o salário mínimo foi submetido nas últimas décadas, conseqüentemente, trazendo boas perspectivas para a elevação do nível de vida dos brasileiros.



Trabalhadores unidos em Brasília pela valorização do salário mínimo

EXPEDIENTE

Jornal METROVIÁRIOS DO BRASIL é uma publicação da Fenametro - Federação Nacional dos Metroviários.
Rua Serra do Japi, 31 - São Paulo - SP - CEP 03309-000 - Fone: (11) 6195-3605
Diretoria Executiva: Presidente: Wagner Fajardo - SP; Vice-presidente: Edgard - RJ; Secretário Geral: Schuster - RS; Tesoureiro: Raimundo - SP;
1º Tesoureiro: Onofre - SP; Imprensa: Ronaldo - RJ; Saúde: Cirano - PE; Pol. Sind.: Innocência - PE; Formação: Cassiano - DF; Tecnologia: Anchieta - CE; Mulher: Ivânia - SP; Ass. Discr. Racial: Rosa - SP; Rel. Intersind.: Alda - MG; Ass. Aposentadoria: Eliezer - RS; Jornalista Responsável: Marcela F. Oliveira, MTB: 45247. Criação e Diagramação: Andocides Bezerra.
Página na Internet: www.fenametro.org.br. E-mail: fenametro@fenametro.org.br